

O ESPAÇO INTELECTUAL ANARQUISTA ESPECIFISTA ATRAVÉS DAS MOBILIZAÇÕES NO BRASIL (2013-2014)

DANIEL ROCHA¹

RESUMO: Objetivo deste artigo é discutir a constituição de um espaço intelectual anarquista especificista, que em termos analíticos se apresenta através da sustentação e fomento “opinião pública”. Assim, toma-se como marco da análise empírica as mobilizações que aconteceram no Brasil chamada “Jornadas de Junho” no ano de 2013 e as subsequentes greves ocorridas no ano de 2014.

PALAVRAS CHAVES: Anarquismo. Movimentos Sociais. Opinião Pública. Sociologia Intelectual.

THE INTELLECTUAL SPACE ANARCHIST SPECIFIC THROUGH MOBILIZATIONS IN
BRAZIL (2013-2014).

ABSTRACT: This article aims to discuss the establishment of a intellectual space anarchist specific which analytically is presented through the supported and encouragement of “public opinion”. Thus, it is taken as a mark of empirical analysis the mobilizations that occurred in Brazil called “Jornadas de Junho” in 2013 and the subsequent strikes occurred in 2014.

KEY-WORDS: Anarchism. Social Movements. Public Opinion. Sociology of Intellectual.

INTRODUÇÃO

No cenário político atual de intensas mobilizações no Brasil é possível perceber uma gama de diferentes formulações e a constituição de diversas “opiniões públicas” acerca das

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e mestrando no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: dankrocha@gmail.com

manifestações que aconteceram no período de junho de 2013 e suas reverberações no ano de 2014, momento em que o país se preparava para receber os eventos de grande porte como foi o caso da Copa das Confederações, que ocorreu no ano de 2013, e como é a Copa do Mundo da FIFA no ano de 2014.

Para fazer tal análise tomo como ponto de partida os conceitos de “espaço” e “opinião pública” – que outrora com o desenvolvimento do trabalho se revelará como constituinte daquilo que acredito que seja também um espaço intelectual – promovido pelas organizações anarquistas especificistas, tendo em vista a aparente invisibilidade que essas organizações possuem no debate político atual, mas que com um certo aprofundamento é possível perceber o papel central que elas possuem no desenvolvimento e aplicação de uma determinada concepção política que fomentaram (e fomentam) a luta e as mobilizações que aconteceram (e acontecem) no período assinalado.

Toma-se como base publicações de artigos, textos, e notas lançadas pela Coordenação Anarquista Brasileira (CAB)², que é a entidade que unifica as diversas organizações em âmbito nacional (como também das próprias organizações que a compõe), tentando enxergar o desenvolvimento do programa político dessas organizações e evidenciando aquilo que são considerados os princípios anarquistas, buscando entender, então, o processo de constituição desse espaço intelectual.

O CONCEITO DE ESPAÇO E OPINIÃO PÚBLICA

Para situar a investigação sociológica no âmbito do que seria o caráter intelectual da organização anarquista especificista, e sua atuação no sentido de instaurar uma “opinião

2 A Coordenação Anarquista Brasileira surge como um projeto de organização política anarquista especificista fruto de debates que aconteceram no seu primeiro Congresso realizado na cidade do Rio Janeiro no ano de 2012 se consolidando posteriormente como entidade que unifica as mais diversas organizações especificistas no Brasil. Atualmente é composta por 9 organizações de diversas partes do país que são: Coletivo Anarquista Zumbi dos Palmares (CAZP) no estado de Alagoas; Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), Organização Anarquista Socialismo Libertário (OASL) no estado de São Paulo; Rusga Libertária no estado do Mato Grosso; Federação Anarquista Gaúcha (FAG) no estado do Rio Grande do Sul; Núcleo Anarquista Resistência Cabana (NARC) no estado do Pará; Coletivo Anarquista Bandeira Negra (CABN) no estado de Santa Catarina; Organização Resistência Libertária (ORL) no estado do Ceará; Coletivo Anarquista Luta de Classe (CALC) no estado do Paraná.

pública”, nas mobilizações ocorridas no Brasil tratarei primeiro do conceito de espaço a partir das considerações de Doren Massey (2008), já que esta acredita sobretudo que a definição do espaço está diretamente imbricado com a esfera do político.

Ela, por sua vez, acredita que o espaço é produto de inter-relações tendo em vista a própria dinâmica e a necessidade de uma política plural antiessencialista no cenário contemporâneo, que possa levar em conta a constituição das identidades e as relações que elas estabelecem no seu processo de construção. No qual as identidades são forjadas a partir de um “jogo político” ou de uma diversidade de opiniões que compõe o espaço.

Assim, o espaço se apresenta como fruto de ações e interações – não se tratando necessariamente da “dimensão” espacial – no qual é possível perceber diferenças e heterogeneidades – composta por aquilo que seria “alteridades simultâneas” – colocando o espaço “em processo”, estando aberta para as possibilidades que podem superar modelos já estabelecidos de “entidades/identidades” a partir de uma construtividade relacional.

Se nenhum lugar/espaço é uma autenticidade coerente e contínua, então uma questão que é levantada é a de sua negociação interna. Se as identidades, tanto as especificamente espaciais quanto as outras, são de fato, construídas relacionalmente, então isto coloca a questão da geografia dessas relações de construção. Levanta questões da política dessas geografias e de nosso relacionamento e responsabilidade com elas, e faz surgirem, de modo contrário e, talvez, de maneira menos esperada, as geografias potenciais da nossa responsabilidade social (MASSEY, 2008, p.31)

Dessa forma o espaço possui um elemento de imprevisibilidade no que tange a construção dessas relações, sem abrir mão daquilo que Massey considera como responsabilidade social: relações que dialoguem e possuam um certo grau de liberdade e responsabilidade. Ou seja, o estabelecimento de princípios que possam orientar determinadas práticas sociais levando em consideração as “pluralidades” existentes no espaço onde se constroem essas relações.

É a partir, então, dessa relação dialógica que busca a construção de um espaço que possibilite o exercício dessa responsabilidade social – ou de “princípios” – que se pode buscar entender o conceito de opinião pública, agora utilizando Carlos Cossio (1985) como interlocutor, que por sua vez para definir o conceito pauta-se na diferenciação da opinião

popular e opinião pública.

A opinião popular, para ele, é a opinião do público se caracterizando como qualquer situação coletiva em que há um soma de opiniões pessoais, já a opinião pública é também uma situação coletiva mas de caráter específico, já que esta, por sua vez, se caracteriza como uma opinião “qualificada” e que muitas vezes se traduz em “princípios”.

Isso implica em divergências no que refere-se ao caráter constitutivo dessas “diferentes” opiniões, e na possibilidade de sua consolidação dentro de um espaço específico. Ou seja, a diferença entre opinião pública e opinião popular está sobretudo imbricada com a potencialidade que uma determinada ideologia, concebida como visão de mundo, possui de tornar-se “referência” em relação a determinados fatos ocorridos.

Assim, enquanto a opinião do público seria a popularidade de uma opinião, a opinião pública se apresentaria de forma inversa buscando nesse sentido influenciar a opinião do público. É interessante assinalar que Cossio ao tratar dessa relação acredita que quando a opinião pública penetra na opinião do público ocorre um processo de empobrecimento e de passividade, já que essa relação adquire uma dimensão singular e unilateral, por outro lado, quando a opinião do público é recebido pela opinião pública a relação tende adquirir uma dimensão plural e coletiva.

A opinião pública se apresenta, então, de forma mais estável do que a mera popularidade da opinião do público tendo em vista a historicidade da sua constituição. Na sua formação possui um passado e um futuro, já a opinião do público se apresenta de maneira passageira se produzindo de forma circunstancial em virtude de certas ocasiões ou momentos. O que não quer dizer, que eventualmente está opinião do público não possa adquirir o “status” de opinião pública, desde que consiga tornar-se referência para um determinado grupo social.

Portanto, é a dimensão histórica da constituição da opinião pública que vai revelar seu caráter intelectual, já que para Cossio, é esse elemento histórico que evidencia uma consciência coletiva e justifica o fato dessa opinião ser “pública”, além de uma autoconsciência que está ligada a produção de um conhecimento reflexivo.

[...] na medida em que se trata de uma autoconsciência, ou seja, de um conhecimento reflexivo que se pode raciocinar e que se transmite pelo raciocínio, há na opinião pública um inegável caráter intelectual que o reafirma suave e

simplesmente como conhecimento [...]. Sendo conhecimento, não é de estranhar que a opinião pública se remeta a uma coisa que se faz valer como princípios. (COSIO, 1985, p.39)³

A fundamentação de princípios, então, vai ser essencial para entender a posteriormente a proposta aqui empreendida, além de possibilitar visualizar de forma mais clara a interlocução existente entre os conceitos de espaço e opinião pública na constituição do espaço intelectual anarquista especificista.

A opinião pública, então, demonstra seu caráter intelectual pelo processo reflexivo que possui, não podendo ser confundida com mera informação sobre a realidade, mas a uma dimensão de conhecimento, que leva em consideração um aprofundamento sobre determinadas questões, e que por isso mesmo tende a seguir certos princípios⁴.

A ORGANIZAÇÃO ANARQUISTA ESPECIFISTA⁵

A organização anarquista especificista tem sua base na experiência histórica a partir da Federação Anarquista Uruguaia (FAU) – sendo conhecida também como “especificismo” ou “anarquismo organicista” – no qual baseia-se na necessidade de que a organização política anarquista especificista se aproxime dos movimentos sociais populares com ênfase em um comprometimento militante (FARJ, 2008).

Ela se diferencia de outras correntes do anarquismo já que busca uma colaboração entre anarquistas “específicos” – e de uma organização política específica – que são aqueles que acreditam que na transformação social através de adoção de uma estratégia política e programa em comum regido por princípios coletivos. Nesse sentido, se diferenciam dos

3 Tradução minha. [...] na medida en que se trata de una autoconciencia, es decir, de un conocimiento reflexivo que se puede razonar y que se transmite por razonamiento, hay en la opinión pública un innegable carácter intelectual que la refirma lisa y llanamente como conocimiento em el sentido científico de un acuerdo entre concepto e intuición.

4 Aqui defendo a posição de que o conhecimento, em geral, se diferencia da informação. Enquanto, a informação se contenta com a superficialidade dos fatos na sua transmissão, o conhecimento, implica em uma investigação – muitas vezes rigorosas, como por exemplo, se pretende o conhecimento científico – aprofundada da realidade.

5 Nessa seção aproveitei algumas reflexões feitas no trabalho apresentado em maio de 2014 na III Semana de História da UNEB (Campus II) no simpósio temático Marx e Marxismos: Método, História, e Revolução intitulado *Intersecções militantes: o pensamento socialista e o agrupamento de tendência – uma experiência da Organização Popular de Ação Revolucionária*.

anarquistas de síntese, que são aqueles que trabalham com a ideia de que é necessário haver uma colaboração entre os anarquistas mesmo que estes não possuam uma estratégia política e programa em comum que unifique esse grupo. Pode-se inferir que

Uma organização nestes moldes defende algumas posições claras: a organização como minoria ativa; a ênfase na necessidade de organização; a unidade teórica e a unidade de ação; a produção de teoria; a necessidade de trabalho social e inserção social; o entendimento do anarquismo como ferramenta para a luta de classes na busca de um projeto socialista libertário; a diferenciação entre os níveis de atuação político (da organização anarquista) e social (dos movimentos populares); e a defesa de uma militância que seja feita com estratégia. (FARJ, 2008)

Logo, essa unidade teórica e programática busca criar uma convergência sólida na busca de gerar força social, que na estratégia geral do anarquismo especificista se traduz na busca de alcançar um objetivo finalista que é a revolução social e o socialismo libertário. Nesse sentido, a concepção anarquista especificista de poder popular se apresenta como categoria central para a construção do seu programa político ideológico tendo em vista que ela dialoga com outro conceito importante que é a autogestão.

O poder popular está diretamente imbricado com a trajetória e desenvolvimento do anarquismo sendo reflexo das diversas experiências, em âmbito prático e teórico, e fruto de acúmulos de saberes construídos coletivamente na busca de alcançar seu objetivo finalista. Historicamente, este conceito está associado ao cenário latino-americano a partir da experiência da FAU que desde a década de 1960 reivindicava a necessidade de *criar um povo forte* – que trata basicamente do fortalecimento do povo no sentido de ser protagonista de suas próprias lutas – e em contexto de disputa política na conjuntura chilena de radicalização do governo socialista de Salvador Allende capitaneado pelo Movimento de Izquierda Revolucionário (MIR)⁶.

Assim, o poder popular se constitui através do desenvolvimento da ação política e na possibilidade de intervir no conjunto de forças sociais em jogo tendo em vista o contexto

⁶ A busca aqui foi situar o conceito e a apropriação dele tendo em vista a proximidade com o cenário brasileiro e sua adoção pelas organizações que compõem a CAB de forma que não se ignora outras experiências anarquistas na tentativa de criação de poder popular – embora a explicitação não ocorresse nestes termos – a exemplo da proposição de Bakunin de um programa anarquista na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Já o Movimento de Izquierda Revolucionário fundado em 1965 era um grupo que reunia jovens militantes marxistas no Chile e seu objetivo era assegurar que as pautas socialistas fossem cumpridas e fazer frente aos ataques de grupos de extrema direita e neofascistas contra o governo de Salvador Allende, adotando para isso, inclusive a luta armada.

social, histórico e geográfico em que os atores sociais estão inseridos na tentativa de impulsionar e atingir o seu objetivo finalista.

Nesse sentido, concebe-se poder “como uma relação social estabelecida a partir do enfrentamento entre diversas forças sociais, quando uma ou mais forças se impõem às outras” (CAB, 2012, p.10). Para os anarquistas especificistas, o poder é uma relação dinâmica e faz parte da sociedade mas deve ser diferenciado daquilo que eles consideram como força social⁷.

Uma força social tem determinada capacidade de relação. Capacidade de relação pode ser entendida, como a possibilidade de produzir determinada força social, quando colocada em ação pelo que a detém. É muito importante esta definição, uma vez que a “capacidade de realização” é constantemente utilizada como sinônimo de poder. Ou seja, quando um agente tem a capacidade de realizar ou produzir determinado efeito, se diz ele tem poder. Não é nada disto, o agente pode ter a capacidade de realizar até uma relação de poder, contudo, nem tudo que o agente realiza é poder (LÓPEZ LÓPEZ, Fábio, [?], p. [?]).

Desse modo, para efetivação do poder é necessário fazer uso da força social, da capacidade de impor sua vontade, seja por sua mobilização através de um indivíduo ou grupo. Assim, os anarquistas especificistas buscam interagir na relação de forças se contrapondo aquilo que eles acreditam que seja o tipo poder vigente na sociedade capitalista: o poder de dominação. A dominação se caracteriza, então, como um tipo de poder autoritário contra qual os anarquistas lutam historicamente na tentativa de substituição de um sistema de dominação para uma sociedade igualitária e libertária (CAB, 2012).

Essa contraposição se efetiva a partir da própria concepção de poder popular que é a tentativa de instituir uma sociedade libertária a partir do federalismo⁸ e autogestão (baseado na autonomia dos indivíduos). Denomina-se, então, de poder popular o modelo autogestionário e federalista – entendido como oposição da relação de dominação instituída na sociedade capitalista – cujo objetivo implica na participação coletiva, grupal e pessoal tendo em vista a proporção em que se é afetado pela tomada de decisões no planejamento e

7 Enquanto o poder está no campo da possibilidade, na potencialidade, a força social é a capacidade de mobilizar o poder para interagir na realidade, ou seja, interferir nas forças em jogo na disputa política.

8 Caracteriza-se por ser o federalismo libertário, que se opõe ao modelo vigente, por exemplo, na sociedade brasileira no qual vigora o federalismo estatal. O federalismo libertário é um método organizacional anarquista de caráter horizontal em oposição as estruturas verticalizadas do Estado, prima pelas decisões tomadas nas organizações primárias ditas de base com a utilização do voto direto.

nos processos decisórios (CAB, 2012).

Podemos dizer que autogestão seria, em termos gerais, o poder efetivo de decisão sobre o conjunto de questões políticas, econômicas, sociais; não realizado de cima para baixo a partir da cúpula, mas de baixo pra cima, a partir da base. Definição que abrange diversos campos: formas de organização política, organização dos processos de produção e serviços, educação, aspectos culturais e ideológicos (...). A autogestão não disciplina corpos para submissão, para obediência e para o mando, mas tende a destruir, a descontinuar a noção atual de política como algo reservado a uma casta, dando outro conteúdo a esse conceito: a tomada, pelas próprias mãos, dos diversos organismos sociais, em todos os níveis e sem intermediários, dos assuntos que lhe competem, visando construir uma ordem social sobre essas bases. O que também implica em socializar a política; não desconstruir seu espaço específico, mas concebê-lo de uma outra maneira. (FAU *apud* CAB, 2012, p.11)

Nesse sentido, a construção do espaço anarquista – que faz parte da estratégia geral do anarquismo especificista – se dá através de uma organização política visando a atuação no nível social, já que *esses* anarquistas acreditam que o trabalho com pouca organização, mal articulado, é ineficiente e não produz efetividade, ou seja, não gera força social⁹. Aqui há uma diferenciação entre o nível político e social. O nível político – que é a organização anarquista de fato – é aquele em que ocorre a aglutinação dos anarquistas especificistas e a construção do programa em comum – pautado na concepção de poder popular – já o nível social – os movimentos sociais – é aquele que os anarquistas buscam desenvolver sua prática política e estar em contato direto com os setores populares.

A atuação anarquista especificista no nível social segundo Felipe Corrêa (2010) visa atuar em dois problemas que ele considera fundamental e que permeia a luta política junto aos setores populares: que é a desorganização da maioria desses setores, e nos setores que já se encontram organizados e a promoção de formas de organização e programas que não levam a uma proposta libertadora e de transformação social. Pode-se considerar então dois espaços de atuação: um espaço social amplo composto por moradores de bairros periféricos, trabalhadores de vários tipos – desempregados, precários, formais – que estão desmobilizados e desorganizados; e outro considerado como espaço social restrito, que já possui organização

⁹ O especificismo é uma corrente do anarquismo que acredita que deve haver uma colaboração entre anarquistas “específicos”, que são aqueles que acreditam na transformação social através da ação e princípios coletivos. Diferem, portanto, dos anarquistas individualistas, ou dos anarquistas sintetistas, que trabalham com a ideia de síntese, ou seja, que deve haver uma colaboração entre os anarquistas mesmo que não exista um programa ou estratégia política que unifique esse grupo.

a exemplo de movimentos como: os sem-terra, os sem-teto, comunitário, etc.

Aqui entra novamente a questão da força social e do poder popular, já que os espaços de atuação nos movimentos sociais estão em constante disputa e envoltos em conflitos de interesses. Os anarquistas especificistas consideram, então, que em qualquer espaço que haja conflito de interesses é necessário força social, já que partem da ideia de que não existe “vácuo de poder” nas relações sociais.

Assim, a tentativa de organizar e participar dos movimentos se dá no sentido de promover determinadas concepções metodológicas e programáticas sempre de forma organizada. Ou seja, para eles, quanto mais estiverem organizados maior será a força social e por consequência mais fácil será de atingir os seus objetivos. E é nesse sentido que a organização anarquista especificista desenvolveu um papel importante naquilo que constituiu a criação de um espaço intelectual e a “disputa” de uma opinião pública no cenário de mobilizações no Brasil entre 2013 e 2014.

O ESPAÇO INTELECTUAL ANARQUISTA ESPECIFISTA

Ao tomar-se como base para o desenvolvimento da análise sociológica aqui proposta as mobilizações ocorridas em junho de 2013 denominadas “Jornadas de Junho” e as greves que aconteceram em 2014 em conjuntura de realização da Copa do Mundo no Brasil¹⁰.

A escolha do período, justifica-se pela dimensão que essas mobilizações ganharam no cenário contemporâneo da política brasileira, já que, desde 1992 com o “Fora Collor” não se tinha registros de um número expressivo de pessoas que iam para as ruas protestar em vários lugares do país ao mesmo tempo (aconteceram protestos simultâneos em várias capitais do país), e pelo “intenso” fluxo de informações sobre esses protestos veiculadas tanto pela mídia tradicional como pelas redes sociais (esta última foi o principal veículo responsável para divulgação e articulação de várias manifestações).

As mobilizações tiveram seu início no mês de junho de 2013 quando o Movimento Passe Livre (MPL) se articulou e mobilizou passeatas em virtude do aumento da tarifa de

¹⁰ A escolha do período se deu também devido a própria atribuição dada pelas organizações anarquistas especificistas da relação existente entre as mobilizações de 2013 e as greves ocorridas em 2014.

ônibus na cidade São Paulo que havia mudado o valor de sua passagem de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. As passeatas foram convocadas através das redes sociais e tiveram como desdobramento uma forte repressão do Estado envolvendo conflitos entre manifestantes e policiais¹¹, além de um forte apelo midiático, que noticiou as passeatas como ações que incitavam o “vandalismo” e denominando os manifestantes de “vândalos” e “baderneiros”.

No entanto, as manifestações ganharam corpo por várias outras cidades do país como: Natal, Porto Alegre, Maceió, Fortaleza, Rio de Janeiro, etc. – já que estas também tiveram a adição de 20 centavos no valor da sua tarifa de ônibus – além de um aumento gradativo no número de pessoas que foram as ruas protestar. Nesse primeiro momento as passeatas possuíam uma pauta única: a revogação do aumento na tarifa do ônibus.

Em um segundo momento, já com um grande número de pessoas nas ruas, e com uma cobertura da mídia “favorável” as manifestações, que em virtude da forma violenta com a polícia passa a atacar os manifestantes, inclusive jornalistas, muda seu editorial e passa a “apoiar” as manifestações (mas sempre diferenciando os protestos de forma pacífica feito pelos manifestantes, dos “vândalos” que protestam de forma violenta) havendo também o aumento nas pautas das manifestações, que se antes eram contra o aumento das passagens agora passam a ser contra a Copa das Confederações e do Mundo, Contra Cura Gay, o fim da Corrupção, e etc.

É interessante destacar que essas mobilizações institui aquilo que pode ser entendido como o “fato” sobre o qual vai ser forjada a constituição do espaço e a opinião pública, e por consequência o espaço intelectual anarquista especificista, já que com as mobilizações é possível perceber essa relação do espaço ligado diretamente com a esfera do político. E de como ações desse tipo e que envolvem a ocupação o espaço público, traz a tona uma série de opiniões sobre esse processo, que naquele momento se encontrava “em aberto” possibilitando uma série de interações, por exemplo, que fez com que uma pauta específica fosse transformada em questões diversas.

É possível, então, nesse cenário evidenciar a “opinião pública” anarquista especificista sendo colocada em prática, como por exemplo, na análise feita pelos militantes Thiago Calixto e Pablo Pamplona integrantes da Organização Anarquista Socialismo Libertário

11 O ápice da violência policial ocorreu na noite do dia 13 de junho de 2013 em São Paulo. (Vide matéria da Carta Capital: *13 de junho o, dia que não terminou* <<http://www.cartacapital.com.br/politica/13-de-junho-o-dia-que-nao-terminou-6634.html>>)

(OASL) de São Paulo que em entrevista dada em 25 junho de 2013 e publicada no site “*anarkismo.net*” falam sobre a organização das manifestações e suas subseqüentes repercussões.

As lutas contra o aumento da passagem vêm sendo organizadas majoritariamente pelo Movimento Passe Livre (MPL), que organiza e convoca lutas em torno da questão do transporte desde 2006. O movimento – com o qual temos grande afinidade e proximidade – conserva um caráter autônomo e combativo. Constrói suas lutas com independência e prima pela participação generalizada e horizontal. Não leva carros de som às ruas, os pronunciamentos são sempre passados em forma de jogral (alguém grita os informes e as pessoas ao redor repetem as mesmas palavras, para que um número maior de pessoas possa ouvir) e a passividade dos manifestantes nunca é estimulada; ao contrário, a participação e ação amplas são sempre incentivadas. Esse caráter, bastante característico nas lutas contra o aumento, tem conquistado um forte respaldo da população, que, ao nosso ver, está cansada das mobilizações no modelo tradicional da esquerda, em torno de palanques e discursos desgastados. A desobediência civil e ação direta, assim como o trabalho de base, têm sido constantemente praticados pelo movimento. Ao mesmo tempo, deve ser motivo de preocupação o fato de a oposição aos partidos ter sido, em grande medida, apropriada por um setor conservador e nacionalista, algumas vezes estimulada pela extrema-direita e ter se estendido à esquerda como um todo, incluindo os movimentos sociais e sindicatos. A grande mídia também tem contribuído para esse avanço das forças conservadoras e para o enfraquecimento das pautas relacionadas ao transporte.

Nesse relato é possível identificar uma dimensão que trata sobre a possibilidade de construção de alternativas nas mobilizações e sobre novas formas de organização dos protestos, trazendo a tona o estabelecimento das inter-relações entre os movimentos (no caso citado a OASL e o MPL) e a superação de modelos estabelecidos da “esquerda tradicional” (ancorada nos partidos políticos e na disputa do Estado), além de aspectos pautados pela organização como “a desobediência civil”, “ação direta” e “trabalho de base”.

A primeira manifestação teve cerca de 5 mil pessoas, e já teve acompanhamento ao vivo do Jornal Nacional, o principal jornal televisivo do país. O mesmo se seguiu pelos atos seguintes: a grande mídia continuou falando da luta (antes mesmo da redução da tarifa, ela já era capa de muitos dos principais jornais e revistas do país). Inicialmente, os manifestantes foram taxados de vândalos, jovens sem causa e outras posições que tentavam deslegitimar o movimento. Então todo o país falava das manifestações, o que foi fundamental, e pelas redes sociais compartilhava vídeos e informações que mostram outra versão da história. (...) Na nossa avaliação, os recentes fatos confirmam o que os anarquistas defendem desde sempre: não basta

levar o povo às ruas; é preciso que o povo conquiste o poder, de baixo para cima, pelo seu próprio ritmo e organização, não por meio da tomada do Estado, mas pela construção de organismos participativos e populares. Para isso, o trabalho de base é imprescindível. Se não há uma preparação prévia, a discussão política é abstraída e cooptada pelos setores da sociedade que estiverem mais organizados. No caso atual, os grandes capitalistas e o Estado. Grande parte da população que está nas ruas não tem acúmulo em discussões políticas e apenas reproduz o que vê há muito tempo através das lentes da ideologia dominante. Foi condicionada a converter a pauta a temas que interessam à direita, como o “orgulho de ser brasileiro”, “menos impostos”, “menos impunidade” etc. As redes sociais não são boas por si só e não substituem, de forma alguma, a importância e necessidade da organização popular e trabalho de base permanente. Isso deveria ser lembrado por toda a esquerda. No entanto, como forma de propaganda, elas têm sido fundamentais para que muitas pessoas soubessem da luta e dos agendamentos das manifestações.

Assim, ainda com análise dos militantes da OASL, é importante destacar um novo elemento que contribuiu para que ocorresse um aumento de pessoas às ruas e as “disputas” em torno do que iria ser pautado nas manifestações, como a influência das redes sociais nesse processo, e a circulação da diversidade de opiniões estabelecendo contrapontos ao que era exibido pelas grandes empresas de comunicação¹².

Ou seja, embora as redes sociais possibilitassem que a opinião do público dialogasse com a opinião pública produzida pela mídia tradicional, no sentido de inserir uma pluralidade de vozes na produção das informações que estavam sendo veiculadas, elas não substituíam o trabalho diário construído dentro dos movimentos que seria “a importância e necessidade da organização popular e trabalho de base permanente”.

É aí, por exemplo, que entra a questão dos princípios da organização anarquista especificista e naquilo que é a adoção de um posicionamento crítico e de engajado sobre determinadas questões sociais (e que também se encontra expresso no programa e método em comum adotado por essas organizações). Pelo texto publicado em 19 de junho de 2013 pela CAB, no contexto das mobilizações, intitulado “A luta contra o aumento das passagens e o Anarquismo” é perceptível, então, esse posicionamento.

12 O caso mais exemplar do posicionamento da mídia tradicional ficou expresso na fala de Arnaldo Jabor em exibição no Jornal da Globo no qual diz que 20 centavos não poderiam ser a causa das manifestações. E que o “ódio violento pela cidade” nas ações dos manifestantes era comparável “a grupo de criminosos”. <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/videos/t/edicoes/v/arnaldo-jabor-fala-sobre-onda-de-protestos-contr-aumento-nas-tarifas-de-onibus/2631566/>>.

Nós anarquistas organizados politicamente na Coordenação Anarquista Brasileira (CAB) participamos modestamente de diversas mobilizações e cerramos fileiras com trabalhadores e militantes em diversos estados do país. A CAB é uma instância que reuniu diversas Organizações Anarquistas Especificistas de todo o Brasil para articular a luta e construir no futuro uma Organização Anarquista em nível Nacional. É constituída por 9 Organizações de diferentes Estados, de base Federalista que constrói – a partir de práticas concretas – unidade estratégica e maior organicidade para intensificar a inserção social no seio de nosso povo. Nesse sentido, são mais de 10 anos de resgate do Anarquismo enquanto corrente libertária do Socialismo, organizada politicamente e inserida socialmente. (...) fazemos parte de uma tradição político-organizativa (anarquismo “especificista”) que nasceu no seio dos trabalhadores. Tem esse nome porque retoma princípios básicos do anarquismo e reafirma a necessidade de nos organizarmos politicamente enquanto militantes anarquistas e socialmente nos movimentos populares. Essa necessidade política se expressa por meio de uma Organização Política Anarquista, Federalista e de Quadros, com critérios de ingresso, formação militante, dotada de um Programa Mínimo, Estratégia de Curto e Longo Prazo e Objetivo Finalista. Não apostamos portanto, na luta “individual” e desorganizada como estratégia de vitória mas sim no acúmulo de força social nos movimentos populares. Dessa forma, não somos espontaneístas, achando que a organização popular virá por ela mesma. Ao contrário do que alguns dizem, seguimos contribuindo com o fortalecimento dessa organização, com esforços modestos mas firmes, no movimento popular, sindical, estudantil e camponês em diversos estados deste país. Cabe também sublinhar que não temos a pretensão de como organização política anarquista e classista “representar” a totalidade dos anarquistas fora da nossa coordenação, assim como não exigimos a determinados partidos marxistas que respondam pela totalidade dos marxistas. Somos parte de uma organização política anarquista classista que trabalha com princípios em comum, critérios de ingresso, estratégia militante e unidade teórica/ideológica. Neste sentido, rejeitamos a associação preconceituosa de qualquer um que vincule de modo quase que automático o anarquismo a desorganização, sendo que não há nenhum elemento histórico que embase esta afirmação.

É importante assinalar que os princípios defendidos pelos anarquistas especificistas se traduzem naquilo que é considerado para eles como uma postura ética, ou a “ética anarquista”, fazendo com que uma tomada de posição aparentemente singular e situacional (como é aqui o caso das mobilizações) esteja sempre interligada com uma dimensão de totalidade (que para eles refletem no seu objetivo finalista: a revolução social e o socialismo libertário), assim na Declaração de Princípios da CAB existe um item que trata exatamente disso: “de que a ética é um pilar fundamental da organização anarquista e ela norteia toda a sua prática” (CAB, 2012).

Percebe-se também que os especificistas estabelecem uma diferenciação (como aponta o trecho supracitado) em relação a outros anarquistas e grupos políticos que se posicionam no campo dito de “esquerda”, revelando não ser pretensão deles representar a totalidade desses

agrupamentos e indivíduos nas suas ações, se aproximando daquilo que Sartre (1994) considerava também como reflexo de um posicionamento intelectual.

(...) os intelectuais devem tentar estabelecer, manter ou restabelecer uma unidade antagonística entre eles, quer dizer, um acordo dialético afirmando que as contradições são necessidades e que é sempre possível a ultrapassagem unitária dos contrários, que não se trata, portanto, de querer levar o outro obstinadamente, a seu próprio ponto de vista. (SARTRE, 1994, p.50)

As contradições vivenciadas pelos intelectuais, como aponta Sartre, são necessárias a sua constituição, ou seja, é sempre na contraposição e nas contradições que se institui aquilo que pode ser chamado de espaço intelectual. Nesse sentido, as organizações anarquistas especificistas ao se confrontarem com a realidade social, de forma coletiva e organizada optam por um posicionamento ético que orienta suas ações, de maneira tal, que para eles não constitui objetivo ideologizar os movimentos sociais – ou seja, não querem tornar todas as pessoas anarquistas – mas sim propor modelos de organização e militância que são pautados pelos seus princípios como: autogestão, federalismo, democracia e ação direta, fortalecimento das “bases”, etc.

É no desenrolar desse processo de mobilizações vivenciadas no ano de 2013 e na atuação das organizações especificistas, que foi possível, por exemplo, o surgimento de novas articulações em torno da proposta desses anarquistas, como é o caso do estado da Bahia, que realizou o “I Encontro Anarquista Especificista da Bahia” nos dias 26 e 27 de abril de 2014 e que em nota lançada revela a influência dos movimentos de Junho e das relações estabelecidas com a CAB na construção de uma nova militância anarquista na Bahia.

As jornadas de junho demonstraram a insatisfação popular com a democracia representativa e a falência das instituições do estado burocrático, representada pela política dos partidos tradicionais, no momento em que as demandas populares não foram atendidas. O Estado mostrou sua capacidade de assegurar os interesses do Capital, respondendo os anseios populares com truculenta repressão. A Bahia vivenciou ricos momentos de ação popular autônoma, com manifestações em diversas cidades do Estado. Para o anarquismo, esse processo abriu novas possibilidades do ‘fazer’ político junto com o povo, fomentando novos valores de democracia direta e do Poder Popular. Foi diante dessa conjuntura que, nós anarquistas, lutamos e fortalecemos o protagonismo das ruas. É na retomada da

milîtancia do anarquismo organizado na Bahia, que propomos a construção de uma organização específica anarquista que abarque a tarefa de trilhar o caminho rumo a uma sociedade justa e igualitária. É sobre essa perspectiva, que ampliamos a construção do anarquismo, a partir das experiências do Vermelho e Negro e do Coletivo Anarquista Ademir Fernando (CAAF). Ambos processos incentivados pela construção do anarquismo no país, através da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB). Levados por esses anseios, realizou-se o encontro pró-organização do anarquismo na Bahia, que reuniu diversos militantes do estado, para definir estratégias e programas comuns na consolidação do especificismo. Convidamos a tod@s @s militantes que afinam com a proposta do anarquismo especificista na Bahia, a somar-se na luta pela construção de uma nova sociedade. (*Declaração do I Encontro Anarquista Especificista da Bahia*)

Assim, é nessa percepção da continuidade da luta e colocando os seus princípios em prática que a CAB considera que as atuações das organizações especificistas reverberam de forma positiva nas greves ocorridas em 2014, já que essas tendem a adquirir um novo caráter, que ignora os modelos já estabelecidos de se organizar e protestar incorporando algumas das concepções defendidas por essas organizações. Isso fica evidente no texto publicado em março de 2014 pela CAB no boletim “Socialismo Libertário” (número 29) intitulado “Não começou em 2013, não vai acabar em 2014”.

As jornadas de luta de 2013 abriram novas possibilidades em nosso país. Possibilidades de gestação de um novo período de embates, com novas características, contra as forças da ordem na peleia por melhores condições de trabalho e de vida. As experiências de ação direta, de mobilizações massivas e de forte repressão vividas por amplas camadas da população deixaram marcas que podemos perceber no conjunto das lutas do início do ano. A greve dos correios e dos rodoviários em Porto Alegre e as lutas pela água com corte e barricadas de rua na região metropolitana do RS; a greve dos garis e a dos operários do Complexo Petroquímico de Itaboraí, no RJ; as mobilizações de rua contra a Copa do Mundo e outras inúmeras greves que são deflagradas em todo o Brasil demonstram que o ciclo de lutas aberto pelas jornadas de 2013 está longe de se fechar. Se não vemos a mesma massividade de 2013, salta aos olhos a combatividade destas lutas. Suas características indicam uma maior radicalização e protagonismo das bases, que em vários casos tem atropelado as direções sindicais pelegas e conquistado vitórias.

Um dos exemplos que podem ser citados dessa atuação e acompanhamento das greves ocorridas no Brasil, e de maior repercussão nacional, foi o caso da greve dos garis no Rio de Janeiro, ocorrida em março de 2014, no qual os trabalhadores negaram a intermediação das negociações através da estrutura burocrática do sindicato e construíram uma pauta a partir das

“bases”, e a dos metroviários em São Paulo em junho de 2014, no qual foi defendido a proposta da greve com passe livre, ou seja, os metrô circulariam pela cidade sem a necessidade da população pagar a tarifa do transporte deixando a questão “custo” dos transportes para ser resolvida entre o Estado e as empresas que controlam as linhas.

Hoje, estive na Assembleia dos Garis e na manifestação que houve em seguida. Muito me surpreendeu a insatisfação dos trabalhadores com seu sindicato (não apenas com a direção). O aparato repressor era digno das grandes manifestações de junho e outubro. No entanto, o apoio popular era tamanho que parecia ser imune às tentativas de criminalização da mídia corporativa. A plenária contou com a presença de cerca de 100 grevistas, onde os pontos mais exaltados foram: o aumento do piso salarial para R\$1200 + taxa de salubridade, o auxílio creche para ambos os sexos e o fim das represálias aos lutadores. Os trabalhadores apontaram que essas conquistas só seriam possíveis se a categoria estivesse unida, por que “sozinhos, esculacham a gente, mas juntos, a gente é forte!”, e se a luta fosse pela base, uma vez que “O sindicato é Mercenário!”, “O sindicato é uma vergonha!”. Quando os oprimidos constroem na luta, o Poder Popular; o Estado fica aterrorizado e, por isso, espalha terror. Hoje, o contingente de cinco polícias para cada manifestante exibia: tasers, cassetes, sprays de pimenta e todo investimento do governo para resolver as mazelas sociais. Assim demonstrando que, na democracia burguesa que vivemos, as demandas do proletariado são meros assuntos de polícia. Por fim, a justiça da causa dos garis parece poder quebrar o consenso que vem sendo imposto: de que protestar é um crime e, como tal, deve ser duramente reprimido. Nessa medida, o fortalecimento dessa luta possa ser um antídoto para o veneno midiático que tem provocado o refluxo do movimento no Rio de Janeiro. (*Relato de um militante tirado do texto “Solidariedade aos garis em greve!” publicado no site da Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ)*)

Aqui, então, há uma mobilização no sentido de garantir estas lutas de caráter trabalhista e popular, e na defesa contra a criminalização dos movimentos sociais e dos setores populares, já que nesse contexto em virtude da realização da Copa do Mundo, foi mobilizado pelo Estado um alto contingente de policiais¹³ para reprimir as manifestações, como fica evidente no texto “Contra a Copa e a Repressão: Somente a Luta e Organização!” publicado em 18 de junho de 2014 no site da CAB.

13 O governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin afirma que interromper vias públicas e atrapalhar o trânsito é caso de polícia vide matéria publicada 11 de junho de 2013 no *Estadão* <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral.interromper-transito-e-caso-de-policia-diz-alckmin-sobre-protestos,1041233>>.

Em virtude das jornadas de junho de 2013, temos visto a crescente preocupação do Estado brasileiro em garantir a “tranquilidade” durante o período da Copa. O que, na prática, se expressa em mecanismos jurídicos que rifam direitos civis e liberdades democráticas, intensificação da repressão e da criminalização do protesto e da pobreza, aumento dos efetivos policiais e militares nos centros urbanos, bem como em suas periferias e favelas, assim como os gastos com as tecnologias de repressão. A continuidade das lutas sindicais e populares neste período nos indica que não serão poupados esforços no sentido de conter, amedrontar e impedir que os trabalhadores usem de instrumentos legítimos e históricos para defender seus direitos e arrancar conquistas, como greves, piquetes, ocupações e marchas. No Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará, por exemplo, mandados de busca e apreensão foram expedidos às vésperas da COPA, com detenção de alguns companheiros/as no sentido de inculcar medo nos lutadores sociais. No Distrito Federal, militantes do Comitê Popular da Copa receberam intimidação de supostos representantes da Justiça Eleitoral não-identificados, um dia antes de um protesto contra os gastos da copa. Em Porto Alegre, vários lutadores sociais do Bloco de Lutas estão sendo processados e intimidados. Os próprios metroviários em greve sofreram forte repressão da Tropa de Choque da PM, que usou bombas de gás lacrimogênio, de efeito moral e balas de borracha. Em Goiânia, estudantes da Frente de Luta pelo Transporte Público foram presos de forma arbitrária e somam-se aos inúmeros presos e detidos da luta pelo transporte no país. A lista é enorme e poderíamos estender mais de uma página com casos de intimidação e repressão de norte a sul do país.

A própria perseguição do Estado revela também a efetividade da constituição e o caráter intelectual que as organizações especificistas (que não são exclusividades delas) desenvolveram nesse período, no sentido de fornecer uma reflexão mais aprofundada sobre os acontecimentos levando em consideração a “responsabilidade social” (pautada numa ética anarquista) de garantir a viabilidade da luta junto aos movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos de espaço e opinião pública, e as mobilizações ocorridas no Brasil no ano de 2013 e 2014 forneceram os elementos para entender a formação e constituição do espaço e caráter intelectual anarquista especificista no cenário brasileiro. É certo que a construção e evidência desse espaço se deu de forma situada temporalmente tendo em vista que a CAB é fruto de uma articulação nacional de 10 anos entre as organizações que a compõe e que discutem o anarquismo especificista.

Assim, o caráter e a constituição do espaço intelectual anarquista especificista no

contexto das mobilizações no Brasil se evidenciam através da adoção dos diversos posicionamentos assinalados anteriormente, sempre levando em consideração a formação de um grupo social específico e o seguimento de certos princípios e adoção de certos conceitos e categorias que conformam a constituição de uma “opinião pública” em um cenário político diverso e de disputa.

Procurou-se através do material utilizado evidenciar a atuação das organizações anarquistas especificistas, no sentido de efetivação desse “espaço intelectual” no cenário de mobilizações, e de sua atuação no nível social, estabelecendo junto com os movimentos sociais uma inter-relação na defesa de pautas e demandas populares.

Por fim, o intuito foi discutir elementos que fomentaram e sustentaram o contexto político indicado tendo em vista o pouco ou quase nenhum conhecimento acerca dos processos que estavam (e estão) se desenvolvendo para além das informações comuns veiculadas em relação a determinados grupos políticos e sociais, como é o caso das organizações anarquistas especificistas, que se configuram como uma das forças intelectuais e possibilitam visualizar outras formas de tratar a política dentro do cenário brasileiro, para além daquela que se encontra institucionalizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAAF. *Declaração do I Encontro Anarquista Especificista da Bahia*. Disponível em: <<http://coletivoanarquistaademirfernando.blogspot.com.br/>> Acesso em: junho/2014.

CAB. *Contra Copa e a Repressão: Somente a luta e Organização*. Disponível em: <<http://anarquismo.noblogs.org/?paged=2>> Acesso: junho/2014.

_____. Não começou em 2014, não vai acabar em 2014. *Socialismo Libertário*. Ano X, n.29, 2014. Disponível em: <<http://anarquismorj.wordpress.com/2014/04/01/socialismo-libertario-no-29-coordenacao-anarquista-brasileira/>> Acesso em: junho/2014.

_____. *Revista Socialismo Libertário*. São Paulo, n.1, 2012. Disponível em: <<http://www.anarkismo.net/article/23026>> Acesso: junho/2014.

CORRÊA, Felipe. *O agrupamento de tendência*. 2010

COSSIO, Carlos. *La opinión pública*. Buenos Aires: Paidós, 1985.

FARJ. *Nossa Concepção de Organização Anarquista*. (2008). Disponível em: <<http://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/textos-da-farj/nossa-concepcao-org-anarquista-farj/>> Acessado em: junho/2014.

_____. *Solidariedade aos garis em greve!*. Disponível em: <<http://anarquismorj.wordpress.com/2014/03/02/solidariedade-aos-garis-em-greve>>. Acesso em: junho/2014.

LÓPEZ, Fábio López. Poder e Domínio: excertos. *Programa de Formação OASL e FARJ – Módulo IX: Movimentos Sociais e Sindicalismo*. [?]

MASSEY, Doren. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Trad: Hilda Pareto; Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p.29-37

OASL. *Entrevista com a OASL sobre as mobilizações no Brasil*. Disponível em: <http://anarkismo.net/article/25774?userlanguage=pl&save_prefs=true> Acesso em: junho/2014.

SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. Trad: Sérgio Goes de Paula. São Paulo: Editora Ática, 1994.